

Jogos e cidadania, construindo democracia

Samilly Oliveira Diniz⁴⁸

Monique Elethério⁴⁹

Rejany Dominick⁵⁰

Resumo:

Este texto tem como objetivo relatar a experiência de um “projeto na escola” chamado “Jogos e cidadania, construindo democracia”. Tivemos como objetivo refletir com as crianças do 1º ciclo sobre as questões relacionadas à cidadania e à construção da democracia, importantes aspectos para a vida em sociedade e para a formação humana. Neste caminho trabalhamos a partir de jogos.

Palavras-chave: Cidadania, democracia, jogos e educação em ciclos.

Resumen:

Este texto tiene como objetivo relatar la experiencia de un "proyecto en la escuela" llamado "Juegos y ciudadanía, la construcción de la democracia". Teníamos la intención de reflejar con los niños de primer ciclo las cuestiones relativas a la ciudadanía y a la construcción de la democracia, aspectos importantes para la vida en la sociedad y para la formación del humano. En este camino trabajamos con los juegos.

Palabras clave: Ciudadanía, democracia, juegos y educación en ciclos.

⁴⁸ Mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal Fluminense pelo CNPq no período de 2009-2010.

⁴⁹ Estudante de Graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Iniciação à Docência da Universidade Federal Fluminense no ano de 2010.

⁵⁰ Doutora em Educação, História e Filosofia (UNICAMP), professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do projeto “As artes de fazer a educação em ciclos”.

Jogos e cidadania, construindo democracia

Samilly Oliveira Diniz
Monique Elethério
Rejany Dominick

O presente texto tem como objetivo relatar algumas experiências em uma Escola da Rede Municipal de Educação de Niterói, no ano de 2010. Esta experiência fez parte de um “projeto na escola” chamado “Jogos e cidadania, construindo democracia”. Este projeto aconteceu em um grupo de referência⁵¹ com crianças de 7 a 9 anos, do 1º ciclo, e dava continuidade às ações ali desenvolvidas desde 2008. Naquele momento tivemos o apoio da professora de referência Genáina de Oliveira.

O trabalho estava vinculado ao Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão “As ‘artes de fazer’ educação em ciclos⁵²” que é coordenado pela professora Rejany Dominick. O projeto na escola tinha como objetivo ampliar os diálogos entre os estudantes e professores das licenciaturas da Universidade Federal Fluminense e os das escolas da Rede Municipal de Niterói, além de ampliar as discussões sobre os ciclos educacionais, modo pela qual a Rede Municipal de Educação de Niterói tem se organizado desde 1999, tendo passado por uma reorganização em 2005.

Ciclos Educacionais

Refletindo e aprofundando o conhecimento sobre as propostas de ciclos educacionais, compartilhamos com Fetzner (2007) a ideia de que uma escola em ciclos deve ter uma outra organização para o ensino fundamental, que crie um sistema

⁵¹ De acordo com a proposta pedagógica da rede municipal de educação de Niterói: Entende-se por Grupo de Referência o grupo de alunos organizado em função de suas idades, que será constituído no início de cada período letivo, mediante processo de Agrupamento.

⁵² Projeto de pesquisa participante “As artes de fazer a educação em ciclos” (PROAC – UFF), coordenado pela professora Rejany Dominick. Nosso projeto junto às escolas da rede municipal de Niterói integra o projeto da UFF “A formação de professores em Articulação com as escolas públicas II” desde 2007, e conta com financiamento e apoio do “PRODOCÊNCIA: Programa de Consolidação das Licenciaturas”, MEC-SESu/DEPEN. A coordenação geral é da professora Sueli Camargo Ferreira (FEUFF). Recebemos financiamento para nossas ações também por meio do PROEXT 2009, pois participamos do Programa de Extensão “Formação do professor na UFF: contribuições para a inclusão social”, coordenado pelas professoras Márcia Borges e Rejany Dominick..

escolar não excludente, democrático e comprometido com aprendizagens importantes e capazes de instrumentalizar estudantes a lidarem com problemas socioeconômicos e ambientais que se apresentem no cotidiano. Para a autora, o currículo de uma escola em ciclos deve estar pautado em uma função socializadora e cultural, que se aproprie da experiência social para a organização das atividades escolares formais.

Dialogamos também com Mainardes (2007), que entende o sistema de ciclos como uma política de longo alcance, criada para tornar a escola mais eficiente e mais igualitária, permitindo uma educação menos excludente e seletiva. O objetivo da educação organizada em ciclos, desde a sua criação, está em diminuir o fracasso escolar e melhorar a qualidade do ensino. Contudo, segundo o autor, para que isso se efetive é necessário que haja investimento na melhoria das condições de trabalho, dentre elas, na organização de formação continuada para os professores e na implementação de mecanismos efetivos de gestão democrática na escola.

Arosa (2008) corrobora com tal pensamento e entende a gestão democrática como pilar para uma educação em ciclos, visando acabar com a forma hierarquizadora de escola, buscando na participação de todos os segmentos uma dinâmica de partilha de poderes na tomada de decisões.

Acreditamos que a escola democrática é um instrumento poderoso para a construção de uma sociedade mais democrática, pois pode propiciar a formação de cidadãos mais participativos, questionadores e reflexivos acerca das relações sociais.

Os ciclos educacionais na Rede Municipal de Educação de Niterói

Buscamos compreender como se deu a trajetória histórica e política da implementação do sistema de ciclos no município de Niterói e identificamos que, em 1999, foi implantada na rede uma proposta intitulada: “Construindo a escola do nosso tempo”. Essa proposta surgiu com a intenção de amenizar os maus resultados produzidos pela proposta de avaliação continuada que vinha sendo implementada na Rede e que se baseava na idéia de “promoção automática”.

Segundo David e Dominick (2007) essa proposta foi implantada nas escolas sem uma discussão mais ampla com os sujeitos envolvidos no processo, sem que os

mesmos fossem incluídos como interlocutores necessários para a produção do texto e implementação de uma política que adentrasse as escolas para interagir com as resistências, acomodações, conflitos, potencialidades, propostas diferenciadas, intensificando ações docentes que criassem condições para a superação do fracasso escolar.

As autoras compreendem que a proposta “Construindo a escola do nosso tempo”, na prática, não teve apenas a função de “propor” uma nova organização escolar, mas instituir uma nova estrutura organizacional para as escolas, sem apresentar muitos fundamentos, o que gerou um enorme descrédito e ceticismo quanto à proposta dos ciclos educacionais.

Em 2005, com a nova gestão da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME) ocorreu à apresentação do “Documento Preliminar para a reorganização do ensino fundamental”, que propiciou um avanço mais orgânico na discussão estrutural da rede escolar e a estruturação de uma outra configuração para os ciclos escolares em Niterói.

Esse processo proporcionou um convite aos profissionais para o debate do documento e suas práticas nas escolas, construindo uma política pública democrática e participativa. O “Documento preliminar”, após ser discutido em diferentes espaços educacionais e com os sujeitos das escolas da Rede, foi aprovado na forma da Portaria nº 125 de 2008, da Fundação Municipal de Educação. Esta portaria caracteriza o Sistema de Ciclo como uma

forma de organização do currículo, do espaço e do tempo escolar, baseada nas características biológicas e sócio-culturais do desenvolvimento humano, engendrando a realização de um trabalho pedagógico em que a idade, os interesses comuns e os aspectos cognitivo e sócio-afetivo dos alunos são os eixos articuladores do processo de construção de valores, de conhecimentos e de práticas sociais.

A proposta de ciclos da rede tentava superar a fragmentação do currículo ocasionado pelo regime seriado. Nesta, compreendeu-se o período de cada ciclo excedendo as séries anuais e buscou-se favorecer o respeito às diferentes procedências e estilos de aprendizagem dos estudantes.

Os ciclos escolares desta proposta possuíam aspectos próprios. O processo de

avaliação continuada era um deles e não se comparava com a progressão automática, pois se propunha o acompanhamento de todo o processo de aprendizagem do estudante. A concepção de conhecimento e teoria de aprendizagem na qual estava baseado, tomava como referência as características biológicas e sócio-culturais do desenvolvimento do aluno e a composição dos grupos era feita por critérios etários, visando possibilitar uma nova ordenação dos tempos e espaços escolares.

Em 2009, a FME passou por uma reorganização em vista da nova gestão municipal e teve como consequência a anulação da Portaria nº 125 e a aprovação da Portaria nº 878 de 2009. Esta Portaria foi estudada pelo grupo de pesquisa e pudemos perceber diferenças entre as duas, assim como a pesquisa na escola nos fez perceber também mudanças na organização escolar.

Uma das mudanças apresentadas pela Portaria nº 878 está expressa no artigo 13º. Neste, houve a retirada do parágrafo que fazia alusão à responsabilidade da equipe de referência do ciclo pelo desenvolvimento de atividades artístico-culturais, questões da cidadania e ações pedagógicas de aquisição da leitura e da escrita.

Tal alteração foi uma questão discutida no grupo de pesquisa, pois entendemos que tal retirada explicita uma falta de valorização da integração das atividades culturais e de cidadania nas escolas, deixando-as ao sabor do interesse de cada docente. Compreendemos que tal integração possibilitaria uma proposta mais voltada para a formação humana e a construção da compreensão crítica diante do mundo e que a mudança pode indicar o retorno a uma concepção de educação conteudista e fragmentada, onde as questões da cidadania e da cultura são secundarizadas.

No artigo nº 35, sobre o Registro de avaliação, também houve mudanças e é possível perceber que a avaliação do 3º e 4º ciclos permaneceu estruturada em ficha avaliativa individual, embora tenha sido criada uma ficha avaliativa com indicadores de aproveitamento. Este poderia ser mais um indício de retorno a uma lógica avaliativa própria do sistema educacional seriado.

Projeto na escola “Jogos e cidadania, construindo democracia”

O desenvolvimento do projeto “As artes de fazer nas escolas” acontece por meio dos “projetos nas escolas”, que são elaborados a partir de temáticas do interesse dos bolsistas em diálogo com os atores sociais da escola: professores, crianças e gestores. Os estudantes da UFF que dialogam diretamente no cotidiano escolar são bolsistas de: Inovação Tecnológica (PROPPI); Iniciação Científica (FAPERJ), Extensão (PROEX) e Apoio à Prática Discente (PROGRAD). Outros são alunos das disciplinas de “Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio” e de “Estágio - Pesquisa e Prática Pedagógica”.

Fundamentado na constante troca de saberes, mediada pela realidade da comunidade escolar e a formação recebida na UFF, a interação tem um sentido de criar possibilidades para a reflexão sobre caminhos possíveis para superação dos limites que o cotidiano, muitas vezes, tenta nos impor. Cada um dos projetos na escola é construído em diálogo com a comunidade escolar, assim os temas são escolhidos também de acordo com as necessidades daqueles sujeitos.

Dentre os projetos realizados em 2010 estava o projeto “Jogos e cidadania, construindo democracia” e para efeito organizativo, apresentamos abaixo roteiro aproximado de nossa metodologia de trabalho:

- 1º. Movimento: Contato com as escolas e estruturação de projeto dialogado;
- 2º. Movimento: Pesquisa, planejamento e realização do projeto na escola em diálogo com diferentes referenciais e tecnologias educacionais;
- 3º. Movimento: A avaliação se dá ao longo da realização dos subprojetos de ensino, com encontros regulares para reavaliação das atividades e para os replanejamentos desejáveis.

Quando os estudantes se dirigem para se inserirem na realidade escolar buscam no diálogo com Carlos Rodrigues Brandão caminhos para atuarem e dialogarem com o espaço e com os sujeitos presentes. Não devem ter práticas apenas de pesquisadores-observadores, mas sujeitos que fazem parte da construção do dia-a-dia.

Para a execução do projeto “Jogos e cidadania, construindo democracia” buscamos nos apropriar de um caminho de pesquisa que possibilitasse “uma nova relação entre pessoas que conhecem pessoas, através de quem conhece o que

conhece, e a realidade que umas e outras aprendem a conhecer e reconhecer” (Brandão, 2003, p. 64).

Buscamos trabalhar com a construção de um olhar instituinte sobre a escola, vendo-a como um espaço onde se criam soluções possíveis para os muitos problemas, indo para além do que está instituído. As experiências instituintes são aquelas que buscam reinventar a educação num movimento de inclusão e respeito a todos os seres humanos. Para Linhares, os movimentos instituintes estão misturados aos movimentos instituídos, por isso é necessário observar com um olhar sensível para o que é desabrochado para o novo. Por isso, pesquisar no espaço da escola requer um olhar atento, pois em meio ao instituído, outros movimentos estão sendo tecidos, amarrados e amadurados.

Se as experiências instituintes não são puras, não se protegem em redomas e, por isso mesmo, se misturam sem parar com as dimensões já instituídas, mesmo assim, não podemos abdicar de pesquisar seus impulsos criadores de uma forma civilizatória, onde convivam múltiplas culturas, outros processos educativos e outras modalidades de escola, reforçadoras da autonomia institucional e pessoal. (Linhares, 2007, p. 149)

Dialogamos com Nilda Alves (2003) sobre a questão do cotidiano da escola e concordamos com sua crítica à tendência em descrever as escolas somente em seus aspectos negativos. Contrárias a tal lógica, defendemos a importância de estudarmos as escolas em sua realidade, como elas são, sem julgamentos a priori de valor e, principalmente, buscando a compreensão de que o que nelas se faz e se cria precisa ser visto como uma saída possível naquele contexto, encontrada pelos sujeitos que nelas trabalham, estudam e vão levar seus filhos.

Buscamos trabalhar também com uma perspectiva de uma reflexão crítica, “que envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 38), o que nos levou a produzir este trabalho, por exemplo.

Neste projeto na escola, com as crianças do 1º ciclo, tivemos como objetivo refletir com elas sobre as questões relacionadas à cidadania e à construção da democracia, importantes aspectos para a vida em sociedade e para a formação humana. O que permitia que nosso trabalho estivesse em diálogo com Fetzner, pois buscávamos por meio da discussão da cidadania construir uma educação para a

transformação social.

Este aspecto, que para nós era muito importante, chocou-se com a realidade da nova gestão da Rede Municipal de Niterói a partir de 2009, pois esta acabava por retirar de sua Portaria a responsabilidade da equipe de referência do ciclo no desenvolvimento de atividades artístico-culturais, questões da cidadania e ações pedagógicas de aquisição da leitura e da escrita. No entanto, ao nos depararmos com a escola, encontramos um campo fértil para a discussão destas questões, visto que eram valorizadas e ainda muito discutidas naquele espaço no ano de desenvolvimento do projeto.

Embora o projeto na escola tivesse como objetivo discutir questões sobre a cidadania e a democracia com crianças, sabíamos que estas discussões eram apenas o início, ou o motor, para que as crianças, posteriormente, pudessem desenvolver-se como cidadãos do mundo. De modo algum tínhamos como objetivo mensurar este desenvolvimento, apenas avaliávamos com o objetivo de ouvir, discutir e problematizar o que estava sendo colocado pelas crianças. A perspectiva de uma avaliação quantitativa entraria em conflito com a nossa percepção de que o homem tem a possibilidade de criar e transformar o mundo numa perspectiva dialógica e crítica (FREIRE, 2011).

Dialogando com Souza (2008), ao citar Arendt, ele afirma que o regime democrático é caracterizado pela abertura e permanência do espaço de debate e de comunicação. Estes são determinados pela pluralidade humana e pela ação, que só são possíveis a partir da existência de uma relação e de um sentimento de liberdade. A liberdade está no campo do pensamento plural, no qual o pensar desloca cada sujeito para o lugar e a posição do outro, possibilitando a reflexão sobre o direito de todos a participar democraticamente do espaço público.

O espaço público a que se faz referência é antes de tudo, um espaço político, local de discussão e persuasão, no qual os homens são responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum. No entanto, esse espaço público não coincide necessariamente com a esfera estatal, sendo um espaço para experimentar, criar algo novo, podendo surgir em qualquer lugar.

Souza (2008) afirma que Arendt acreditava que através do diálogo e da

argumentação tem-se os elementos necessários para uma ação política transformadora baseada na democracia.

Entendíamos a democracia como a tomada de decisões formada pelo maior número de pessoas e que a cidadania transcende simplesmente o fato de termos direitos ou deveres. Não se trata simplesmente de buscar os nossos direitos, mas também cumprir com os nossos deveres, respeitando diferenças, repudiando o preconceito e a discriminação e nos transformando em agentes ativos da democracia, exercendo, assim, a tão esperada cidadania.

Neste contexto ser cidadão não significa ser aquele sujeito passivo que goza os seus direitos sem estabelecer conflitos. Cidadão é aquele que conhece e cumpre seus deveres, comprometido com a comunidade onde vive, buscando soluções para os problemas, não simplesmente apontando, criticando, mas sendo participativo em todo o processo democrático

Assim, no projeto buscamos estimular a troca de informação entre as crianças e nós bolsistas visando a compreensão de que a cidadania implica em abandonar posturas individualistas para tomar atitudes de compromisso, solidárias e participativas para a formação de um mundo melhor, que começa quando cada um se compromete na família, na escola e na sua comunidade.

Jogando e se formando cidadão

Trabalhamos as questões relacionadas à cidadania e à construção da democracia por meio de jogos, tais como: jogo da memória, jogo de trilha, *quiz*, caixa surpresa, entre outros.

Compartilhávamos com Dias (2001) a ideia de que o jogo rompe com a construção do conhecimento de forma linear e o entende como uma metáfora que possibilita a construção do pensamento e a aquisição do conhecimento. Abbondati Junior e Abbondati (2007) afirmam que o prazer é uma grande mola impulsadora do processo imaginativo, que o brincar propulsiona a criatividade e que é a partir desta criação que a construção do conhecimento se dá.

É sabido que, ao longo da formação da criança, as brincadeiras são deixadas

de lado, pois são vistas como não sendo “coisa séria”. O tempo para elas vai ficando cada vez mais reduzido até que chegam a idade adulta, onde se cristaliza a compreensão de que jogos e brincadeiras são apenas para distrair e passar o tempo.

Contrárias a esta lógica, é que priorizamos os jogos neste projeto, pois entendemos que a brincadeira permite o uso da imaginação e da criatividade, que longe de reproduzir respostas prontas, propicia a reflexão e criação (ABBONDATI JUNIOR E ABBONDATI, 2007).

Ainda dialogando com Abbondati Junior e Abbondati (2007), compreendemos que o brinquedo é fonte de prazer e alegria, aprendizado e experimentação, onde encontramos diversas surpresas e descobertas, pois podem arriscar palpites e testar possibilidades. Portanto, entendemos a importância do lúdico na formação da criança na busca por respostas criativas e formuladas por elas próprias, sem a reprodução mecânica de respostas prontas e aprovadas socialmente como sendo a certa. *“Brincar é usar a imaginação, criar soluções e novidades, ousar ser único e original de forma saudável e prazerosa” (p. 60).*

Com base neste entendimento, iniciamos o projeto com dinâmicas de socialização entre estudantes e bolsistas com o objetivo de conhecer as crianças que não faziam parte do grupo no ano anterior, e conhecer um pouco de cada uma das crianças, com apresentação sobre o lugar onde moravam, sua idade, seus interesses, etc.

A partir daí, realizamos outra atividade em que junto com as crianças construímos regras sobre ações que o grupo considerava como sendo “legal” e “não legal” de realizar durante as atividades propostas por nós e em outros espaços. Nosso objetivo com esta atividade foi o de discutir com eles o porquê de determinadas ações serem legais e outras não. A partir dessa discussão objetivávamos que eles se reconhecessem na construção do pacto social, favorecendo o comprometimento com a prática cotidiana e construindo um sentimento de grupo. Segundo Luria (1990), as regras que aparecem em brincadeiras e que são socialmente construídas se tornam regras de comportamento.

O primeiro jogo realizado com as crianças foi um “jogo da memória”. Este foi criado por nós com o objetivo de trabalhar os Direitos Universais da Criança. O jogo

estava composto de um par de cartas de cada Direito Universal, sendo que em uma das cartas havia um desenho e a outra uma palavra referente àquele direito. Logo, as crianças deveriam encontrar a imagem e a palavra que tivesse o mesmo significado.

A todo o momento destacamos e incentivamos a aquisição da leitura e da escrita, pois as crianças estavam no 1º ciclo, onde tais questões são centrais. Buscamos, através dos jogos, incentivar que este processo acontecesse de forma prazerosa. Percebemos que ao trabalhar com as palavras alguns alunos encontraram dificuldades em reconhecê-las, e ao estar jogando em grupo os outros estudantes podiam auxiliar na construção daquele conhecimento. Esse aprender no grupo era um dos aspectos privilegiado pelo o nosso projeto (VYGOTSKY, 2003), pois tínhamos consciência de que o desenvolvimento do indivíduo é resultado de um processo histórico-cultural, no qual a aquisição de sistemas lingüísticos cada vez mais complexos acontece nas relações sociais. São estas que oportunizam o desenvolvimento de motivações e a construção de outros problemas (LURIA, 1990).

A partir deste jogo outras atividades surgiram devido às dúvidas evidenciadas pelos estudantes. Dentre as atividades que foram nascendo está a de se fazer o recorte, em revistas, de imagens que representassem a idéia de um dos Direitos Universais escolhido por cada criança para pesquisar. Além disto, foi solicitado que escrevessem frases sobre aquele determinado direito. Percebemos que a maioria dos estudantes escolheu imagens que se relacionavam com o direito de serem felizes, com o direito ao lazer, ao cuidado. Talvez seja um indício, uma pista para professores e gestores, para pais e responsáveis sobre o que estão desejando aquelas crianças, que vivem em comunidades muito pobres.